

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2019

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000259/2018
DATA DE REGISTRO NO MTE: 29/05/2018
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR007854/2018
NÚMERO DO PROCESSO: 46206.002995/2018-75
DATA DO PROTOCOLO: 28/05/2018

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRAB NAS IND MET MEC MAT ELETRICOS E ELETRONICOS DO DF GO TO, CNPJ n. 00.409.045/0001-14, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARLOS ALBERTO ALTINO;

E

SINDICATO DAS INDUSTRIAS MECANICAS E REPARADORAS DE AUTOMOVEIS CAMINHOES TRATORES MOTOS E AUTOPECAS DO DF, CNPJ n. 08.949.911/0001-71, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EUDALDO NUNES DE ALENCAR;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores nas Industrias mecânicas e reparadoras de automóveis, caminhões, tratores, motos e autopeças**, com abrangência territorial em DF.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, a partir de 1º de maio de 2018, assegurarão aos seus empregados um Piso Salarial nunca inferior a R\$1.155,00 (hum mil cento e cinquenta e cinco reais) por mês.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

O salário dos empregados abrangidos pela presente convenção coletiva de trabalho será reajustado em 1º de maio de 2018, tendo como base o salário vigente a partir de 1º de maio de 2017, com o percentual de 3% (três por cento).

CLÁUSULA QUINTA - SALÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO

Será garantido ao empregado para a mesma função de outro, cujo contrato de trabalho tenha sido rescindido sob qualquer condição, o mesmo salário do substituído desde que tenha a mesma capacidade técnica, sem considerar as vantagens pessoais, excepcionando-se desta Cláusula as funções individualizadas, ou seja, aquelas que possuam um único empregado no seu exercício, desde que atendidos os requisitos da legislação trabalhista vigente.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SEXTA - DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho deverão fornecer aos seus empregados, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, o comprovante de pagamento, sendo obrigatório constar, de forma discriminada, as importâncias pagas e os descontos efetuados a qualquer título, bem como o valor do recolhimento previdenciário e do FGTS do mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - ATRASO DE PAGAMENTO

Em não havendo o pagamento até o 5º dia útil, o empregado terá direito a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do piso da salarial contados do dia seguinte até o 15º dia. A partir do 16º dia a multa será de 10% (dez por cento) sobre o piso salarial, limitando-se a 30 dias. Após o período de 30 dias de atraso, o empregado terá direito de multa limitada a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial fixado nesta convenção.

CLÁUSULA OITAVA - CHEQUES/ BOLETO

No caso de empresas que autorizam o recebimento de cheques e boletos, elas obrigam-se a cientificar os empregados, por escrito na ocasião da contratação, das normas de recebimento dos cheques e preenchimento de boletos.

§1º: Para o recebimento dos cheques, os empregados deverão anotar no seu verso o número da carteira de identidade do emitente e o número de telefone fornecido pelo cliente, bem como

conferir para verificar se estão assinados e preenchidos corretamente todos os espaços próprios, cujo valor deverá corresponder ao valor da venda e/ou do serviço prestado e no caso de recebimento de boletos cumpra-se o regimento interno da empresa;

§2º: Na hipótese de desconto nos salários é necessário que seja discriminado expressamente no recibo de pagamento, sob pena de sua ilegalidade;

§3º: As partes abrangidas pela presente convenção coletiva reconhecem que, uma vez cumpridas as formalidades aqui previstas e constante no recibo de pagamento, de forma discriminada, este desconto enquadra-se na hipótese prevista no artigo 462 da CLT;

§4º: Em hipótese de eventual devolução de cheques sem pagamento ou compensação por insuficiência de fundos ou em decorrência de encerramento de conta ou por outro motivo, bem como o não recebimento do boleto por erro do empregado no preenchimento dos campos necessários a responsabilidade será exclusiva do empregador, desde que o empregado tenha procedido da forma descrita no *caput* e no §1º, neste caso é vedado ao empregador realizar qualquer desconto na remuneração de seus empregados ou transferir a eles a tentativa de cobrança desses valores.

CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO (VALE)

A empresa concederá aos seus empregados, um adiantamento mensal de salário, nas seguintes condições:

- a)** O adiantamento poderá ser de até 40% (quarenta por cento) do salário nominal mensal desde que o empregado já tenha trabalhado na quinzena, o período correspondente;
- b)** O adiantamento deverá ser efetuado até dia 25 (vinte e cinco) de cada mês. Quando este dia coincidir com sábados, domingos ou feriados deverá ser pago no próximo dia útil seguinte;
- c)** Este adiantamento deverá ser pago com salário vigente no próprio mês, desde que as eventuais correções sejam conhecidas com no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência do pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - SALÁRIO DO ADMITIDO

Aos empregados admitidos durante o período de 1º de maio de 2017 a 30 de abril de 2018, será garantido o percentual de reajuste integral disposto na cláusula quarta desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Descontos Salariais

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Além dos descontos previstos na legislação vigente, ficam as empresas permitidas a efetuar os descontos das importâncias devidas ao Sindicato Laboral Conveniente, relacionadas com os serviços odontológicos prestados pela própria Entidade, da Contribuição Mensal, Contribuição de Campanha Salarial e Contribuição Sindical (referente a um dia de trabalho), sendo esta última com retenção em junho e repasse em julho do ano corrente, bem como das parcelas destinadas ao custeio de projetos sociais, promovidos pelo sindicato, quando tais descontos forem aprovados em assembleia. Os repasses serão recolhidos até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao mês de desconto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DESCONTO DO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

Haverá o desconto do R.S.R na forma do artigo 6º da Lei 605/1949. Contudo, caso haja atraso e esse seja inferior a 15 minutos não haverá desconto do R.S.R. É vedado a empresa impedir que o empregado cumpra o restante da Jornada de Trabalho, ficando resguardado o direito de desconto do período suprimido pelo empregado. Todavia, se o atraso for superior aos 15 minutos, o empregador poderá descontar o R.S.R.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PRODUTIVIDADE

Independentemente da faixa salarial, as empresas concederão aos seus empregados a título de produtividade 2% (dois por cento) sobre os seus salários, devidamente corrigidos a partir de 1º de maio de 2018. Terão direito à produtividade mencionada, os empregados que tenham no mínimo 09 (nove) meses de atividades na referida empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - COMPENSAÇÕES

Serão compensados todos os reajustes e aumentos espontâneos ou compulsórios concedidos no período de 1º maio de 2017 a 30 de abril de 2018, salvo os decorrentes de promoção, equiparação salarial, transferências, mérito, obtenção de maioria e término de aprendizagem expressamente cedido a este título.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extraordinárias, quando prestadas de segunda a sábado, serão remuneradas, em conformidade com a tabela que segue;

Até 40 horas mensais	Acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal
De 40 a 60 horas mensais	Acréscimo de 60% (sessenta por cento) em relação à hora normal
De 60 a 80 horas mensais	Acréscimo de 80% (oitenta por cento) em relação à hora normal

§1º: Horas Extraordinárias (Domingos, Feriados e dias pontes já compensados), Horas extraordinárias quando prestadas aos domingos, feriados e dias pontes já compensados serão remunerados com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação à hora normal, com o limite de até 8 (oito) horas diárias. Ultrapassando as 8 (oito) horas diárias o acréscimo será de 110% (cento e dez por cento) em relação à hora normal. Excetuam-se da remuneração estipulada neste item, as horas extraordinárias trabalhadas nos sábados já compensado sob o regime de compensação semanal habitual, que serão remuneradas na forma do item I desta descrito na tabela acima;

§2º: Para o cômputo da jornada extraordinária é necessário que as variações de horário apontadas no registro de ponto sejam superiores a 30 (trinta) minutos diários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONCESSÃO DE CARTÃO BENEFÍCIO

Faculta-se as empresas disponibilizarem aos empregados associados que estiverem adimplentes com suas mensalidades sindicais cartões de benefícios por meio de contrato com instituições de crédito credenciadas na Entidade Sindical Laboral ou Patronal para facilitar o acesso à aquisição de bens e serviços em condições diferenciadas.

§1º: As instituições de crédito de Cartão Benefício credenciadas pelo sindicato Laboral ou Patronal, para contraprestação de serviço deverão apresentar Carta de Anuência fornecida pelo Sindicato Laboral;

§2º: As Instituições de crédito devem oferecer descontos percentuais na aquisição de bens e serviços às empresas conveniadas;

§3º: As Instituições de crédito devem oferecer prazos de pagamento em parcelamento sem juros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - 13º SALÁRIO INTEGRAL

Ao empregado afastado do trabalho até 60 (sessenta) dias, em gozo de benefício

previdenciário, será garantido, pelo empregador, o pagamento integral do 13º salário.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REPOUSO SEMANAL

Para o cálculo do pagamento do repouso semanal será levado em conta a média de horas extras da semana, quinzena ou mês anterior, em conformidade com a modalidade de pagamento estabelecida entre a empresa e o empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMPENSAÇÃO DE HORAS

Para a empresa que pratica o regime de compensação de horas de trabalho, quando o feriado coincidir com o sábado, ela poderá alternativamente:

§1º: Reduzir a jornada diária de trabalho, subtraindo os minutos relativos à compensação;

§2º: Pagar o excedente como horas extraordinárias, em conformidade com a presente Convenção Coletiva de Trabalho;

§3º: Incluir essas horas no sistema para compensação de dias pontes;

§4º: As empresas comunicarão aos empregados, com 15 (quinze) dias de antecedência do feriado, a alternativa que será adotada.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA VIGÉSIMA - QUINQUENIO

O empregado que conte ou venha a contar 05 (cinco) anos de serviço, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, fará jus ao recebimento de um adicional de 5% (cinco por cento) por tempo de serviço sobre o salário, a cada quinquênio. Esta cláusula não incidirá sobre as empresas que já concedem esse adicional, desde que nas mesmas proporções.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O adicional de insalubridade quando devido, terá como base de cálculo o salário estabelecido na cláusula terceira desta Convenção Coletiva de Trabalho.

§1º: O adicional de periculosidade quando devido, terá como base de cálculo o salário contratual do empregado (registrado na CTPS);

§2º: No ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, o empregador fica obrigado a apresentar o Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade ou alternativamente - LTIP o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT. Caso não seja apresentado na homologação, as empresas serão notificadas para apresentar, no prazo de 60 dias os laudos, caso ao término do prazo a situação não seja regularizada a empresa ficará obrigada a remunerar o empregado em homologação com o adicional de insalubridade em grau máximo, cuja ressalva será consignada no Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho – TRCT;

§3º: A entidade sindical laboral poderá em qualquer tempo solicitar a apresentação do laudo de insalubridade ficando estipulado o prazo de 60 (sessenta) dias para que a empresa apresente.

Outros Adicionais

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - GRATIFICAÇÃO POR CONDUÇÃO DE VEÍCULO DA EMPRESA

Para os empregados, nos casos de serviços externos, que utilizarem os veículos de propriedade da empresa deve-se levar em consideração os seguintes aspectos:

§1º: O empregado receberá o acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o seu salário-base, como remuneração pela condução do veículo durante a sua estrita utilização. Esse acréscimo ocorrerá na hipótese de ser completada a jornada mensal de trabalho, ou o proporcional aos dias/horas efetivamente trabalhos, na condução do veículo;

§2º: O empregado, condutor do veículo, que na hipótese de imprudência, imperícia, negligência ou contravenções cometidas que contrariem a legislação vigente será responsável perante a empresa pelos danos materiais causados;

§3º: O empregado ao utilizar-se do veículo da empresa para a condução de pessoas estranhas ao quadro de pessoal da empresa terá total responsabilidade, seja, pessoal, civil ou criminal;

§4º: Esta cláusula não se aplica na hipótese daqueles empregados que forem contratados para exercerem a função de motorista.

Comissões

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - COMISSÕES VARIÁVEIS

Todos os integrantes da categoria têm direito a um salário fixo, porém, na eventualidade de lhes serem deferidas comissões ou qualquer outro salário variável, a média do salário comissional ou variável, para todos os efeitos, inclusive férias, 13º salário, aviso prévio e verbas rescisórias, será determinada somando-se os 06 (seis) últimos meses dos seus pagamentos e dividindo-se por 06 (seis), em se tratando de valores, far-se-á o mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - REGISTRO DE COMISSÕES

Além do Piso Salarial estipulado na Cláusula 3ª da presente Convenção Coletiva de Trabalho deverá ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, a comissão a que tem direito o empregado, seja em decorrência do contrato individual ou coletivo de trabalho. Nessa anotação deve ser especificado o percentual e a base de cálculo da comissão ou qualquer outra forma estipulada a que o empregado fizer jus.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - COMISSÃO PARITÁRIA

Fica instituída uma COMISSÃO PARITÁRIA composta de representantes das Entidades Acordantes Convenientes e presidida por pessoa por elas (Entidades Acordantes Convenientes) designada com a finalidade de conhecer e dar solução a todas as questões tratadas nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - REGISTRO ALTERNATIVO DE COMMISSIONISTA PURO

É permitido contratos individuais de trabalho para as funções que, em decorrência de sua natureza, possam comportar salário na forma de comissão pura. Nesta hipótese, os empregadores deverão assegurar ao empregado um pagamento mínimo mensal correspondente ao Piso Salarial, em conformidade com a Cláusula 3ª da presente Convenção Coletiva de Trabalho, acrescido de 15% (quinze por cento) sobre esse valor, caso a comissão contratada não alcance o valor mencionado.

§1º: Sobre o salário do comissionista puro de que se trata esta cláusula terá a incidência, conforme a legislação vigente, das parcelas correspondentes ao Repouso Semanal Remunerado (R.S.R).

§2º: A base de cálculo para a contribuição previdenciária e para o recolhimento do percentual correspondente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, será sempre o valor total das comissões recebidas acrescidas do Repouso Semanal Remunerado (R.S.R), ou,

conforme o caso, a garantia salarial mínima expressa nessa cláusula.

§3º: O adicional por tempo de serviço, adicional de insalubridade ou periculosidade, ou qualquer outra vantagem pessoal devida ao empregado será paga tendo como base de cálculo o valor do Piso que se trata o *caput* desta Cláusula.

§4º: Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho do empregado que laboram nas condições estabelecidas nesta cláusula e seus parágrafos, as verbas devidas, em decorrência das comissões, serão calculadas pela média dos SALÁRIOS VARIÁVEIS verificados nos últimos 06 (seis).

Prêmios

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PROMOÇÕES

A promoção do empregado ao exercício de qualquer cargo comportará um período de experiência de até 120 (cento e vinte) dias. Vencido o prazo experimental, a promoção e o respectivo aumento de salário serão anotados na CTPS.

§1º: Nas promoções para o cargo de Chefia Administrativa ou Gerência, o período experimental não poderá exceder a 120 (cento e vinte) dias;

§2º: As empresas poderão conceder prêmios aos empregados, em razão do desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades, ainda que seja em dinheiro, como dispõe o artigo 457, §4º da CLT, respeitando os requisitos para concessão desses prêmios, bem como poderá conceder adiantamento mensal do prêmio final aos empregados.

Participação nos Lucros e/ou Resultados

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS-PLR

As empresas terão um prazo de até 31 de dezembro de 2018, contando da data de protocolo deste instrumento coletivo no órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, para formalizarem o Acordo de PLR exercício 2019, sem a incidência de multa, e arquivar nas entidades Sindicais em conformidade com a Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000.

§1º: O acordo coletivo de PLR será retirado, pelas empresas que estejam em dia com suas obrigações, no Sindicato Patronal, em até 30 (trinta) dias após a formalização na entidade sindical laboral contando da data de recebimento do referido documento na entidade Patronal sob pena de multa disposta na cláusula 93ª;

§2º: As empresas deverão, antes de apresentar para formalizar e arquivar o Acordo de PLR do exercício de 2019 no Sindicato Laboral e demais exercícios previstos no *caput*, desta Cláusula, protocolar o documento no Sindicato Patronal, podendo levar diretamente em mãos

após o protocolo ao Sindicato Laboral ou deixar para o próprio Sindicato Patronal encaminhar à Entidade Laboral, acompanhado da Certidão de Regularidade Financeira e Estatutária emitida pela Entidade Patronal;

§3º: No caso de descumprimento da obrigação prevista pela presente cláusula a empresa pagará, por empregado ativo, multa de um piso normativo que será da seguinte forma: 80% (oitenta por cento) do piso normativo ao trabalhador e, 20% piso normativo ao Sindicato Laboral. Essa multa será pela não implementação da PLR. Havendo a incidência da multa, a empresa ficará liberada de implementar a PLR no respectivo ano em que incorreu em multa;

§4º: Fica estipulado o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de protocolo do presente instrumento coletivo no órgão do Ministério do Trabalho, para as empresas que, por ventura não tenham sido ajuizadas e que não realizaram o Acordo de PLR exercício 2018 providenciem a formalização do referido acordo sem a aplicabilidade das multas por descumprimento estipuladas nas respectivas Convenções Coletivas.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - REFEIÇÕES

A partir de 1º de Maio de 2018, as empresas fornecerão refeição diária no valor mínimo de R\$ 14,50 (Quatorze reais e cinquenta centavos) a seus empregados.

§1º: O empregado responsabilizar-se-á pelo valor equivalente a 1% (um por cento), do preço da refeição a ser descontado em folha de pagamento a título de ressarcimento;

§2º: Os benefícios aqui estipulados não serão incorporados aos salários, bem como para apuração de qualquer verba, pois trata-se de verba discriminada tão somente em Convenção Coletiva.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - TRANSPORTE

O empregador fornecerá, aos seus empregados, os vales transportes necessários ao deslocamento da residência ao trabalho e vice-versa, custeando o gasto que exceder a 6% (seis por cento) do salário básico, limitando-se ao valor total dos vales, conforme Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, com as modificações introduzidas pela lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987.

§1º: Quando da concessão dos Vales Transportes, as empresas poderão efetuar o pagamento em espécie no valor equivalente da passagem do dia, por semana, quinzena ou mensal.

§2º: O vale transporte pago em dinheiro, constitui uma faculdade da empresa e não descaracteriza a natureza jurídica da verba que será totalmente livre da incidência de

quaisquer encargos trabalhistas e previdenciários, mantendo-se, no mais, as mesmas disposições legais à espécie.

§3º: Em caso de aumento das tarifas após o pagamento, as empresas estão obrigadas a fazer a complementação no mês subsequente.

§4º: As despesas mencionadas nesta cláusula se referem ao transporte coletivo disponibilizado à população excluindo-se: táxi, aplicativos de carona, lotação, ônibus especiais, dentre outros.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - HORÁRIO DE TRANSPORTE

O encerramento do expediente quando se verificar no período noturno, nas empresas que não fornecerem transporte coletivo, deverá coincidir com os horários cobertos normalmente por serviços de transporte normal postos à disposição da população pelo Governo ou através de concessões.

Auxílio Educação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - AUXILIO EDUCAÇÃO

Recomenda-se as empresas a utilizarem-se do convênio ME/Salário Educação - para a concessão de bolsas de estudos referente ao ensino fundamental em escolas particulares, a filhos de empregados.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

Às empresas faculta-se a contratação de Planos de Saúde Médicos e/ou Odontológicos disponibilizando para adesão de seus empregados e dependentes legais, por meio de corretora conveniada com os Sindicatos Laboral e Patronal.

§1º: As corretoras de seguro credenciadas pelos Sindicatos Laboral e Patronal para contratação do Plano de Saúde previsto na presente Convenção Coletiva de Trabalho deverão apresentar Carta de Anuência fornecida pelo Sindicato Laboral;

§2º: O custo do Plano de Saúde é excluído do cálculo dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos, conforme previsão expressa tanto na CLT quanto na Lei Orgânica da Previdência Social;

§3º: O Plano de Saúde conveniado não poderá excluir a possibilidade de participação dos

empregadores (proprietários, sócios, diretores) e seus dependentes legais, sem alteração dos custos relativos aos dos empregados;

§4º: As empresas em que os funcionários possuem acordo individual ou coletivo prevendo outras condições para o plano de saúde, assegura-se o direito de mantê-los podendo os empregados que forem admitidos serem incluídos mediante acordo individual ou coletivo no plano empresarial oferecido.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - SEGURO DE VIDA/ AUXILIO FUNERAL

Faculta-se as empresas fazerem, em favor dos empregados, independentemente da forma de contratação, um Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em grupo sendo que o prêmio de seguro poderá ser parcialmente contributivo, ou seja, até 50% (cinquenta por cento) do seguro é custeado pelos segurados e o restante pelas empresas.

§1º - Das Coberturas e Garantias Mínimas:

- a) Cobertura Básica: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em caso de morte do empregado (a), independentemente da causa e do local ocorrido;
- b) Indenização Especial por Acidente: deverá ser acrescentado à cobertura básica de morte, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em caso de morte acidental do empregado (a), independentemente do local ocorrido;
- c) Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em caso de Invalidez Permanente (Total ou Parcial) do empregado (a), causada por acidente, independentemente do local ocorrido, atestado por médico devidamente qualificado, discriminando detalhadamente, no laudo médico, as sequelas definitivas, mencionando o grau ou percentagem da invalidez deixada pelo acidente;
- d) Ocorrendo a morte do cônjuge, o empregado (a) receberá o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da cobertura básica de morte do segurado;
- e) Ocorrendo a morte de um filho (a) do empregado (a), o segurado receberá o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da cobertura básica de morte;
- f) AUXILIO CESTA BÁSICA: Na ocasião em que ocorrer a morte do empregado segurado titular, será enviada mensalmente, pelo período de 06 (seis) meses uma cesta básica no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Os beneficiários do segurado poderão optar pelo recebimento integral do valor referente à cesta básica em uma única parcela juntamente com o capital básico;
- g) AUXÍLIO/ ASSISTÊNCIA FUNERAL: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). O Serviço de Assistência Funeral que deverá ser prestado em caso de morte do empregado (a), independentemente da causa e do local ocorrido;

h) VERBA RESCISÓRIA: Será contratada cláusula que prevê uma indenização a empresa (estipulante), no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de seguro de verba rescisória, em razão de morte do empregado segurado titular, por causa natural ou acidental;

§2º: Todos os empregados, cujas Empresas tenha aderido a Apólice do Sindicato, concorrerão a um sorteio mensal no valor bruto de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme números da sorte informados pela Seguradora.

§3º: O **SITIMME - DF/GO/TO** quando Estipulante da Apólice de Seguro de Vida disponibilizará para todas as empresas, de forma rápida e simplificada, a adesão na referida Apólice, que será contratada junto a Seguradora/Corretora responsável.

§4º: As empresas, ao aderirem a Apólice disponibilizada pelo **SITIMME - DF/GO/TO**, serão responsáveis pelo pagamento diretamente à Companhia Seguradora, bem como deverão manter os funcionários informados quanto ao benefício oferecido.

§5º: As coberturas e as indenizações por morte e/ou por invalidez, previstas nos incisos I e III, do parágrafo primeiro desta cláusula, não serão cumuláveis, sendo que o pagamento de uma exclui a outra.

§6º: Aplica-se o disposto na presente Cláusula a todas as empresas e empregadores, inclusive os empregados (as) em regime de trabalho temporário, autônomos (as) e estagiários (as) devidamente comprovado o vínculo.

§7º: Os benefícios, seguro de vida e auxílio funeral, pelo caráter assistencial de cada um deles, não integram o salário do trabalhador, em nenhuma hipótese, para qualquer efeito nem o salário de contribuição, para efeitos do previsto na [alínea g do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), conforme a previsão do art. 458 da CLT.

Outros Auxílios

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - EMPREGADO EM VIA DE APOSENTADORIA

Aos empregados que comprovadamente estiverem a um máximo de 24 (vinte e quatro) meses da aquisição do direito à aposentadoria independente da modalidade (tempo ou idade) e que contém, no mínimo, 8 (oito) anos de serviço na atual empresa, fica assegurado emprego e salário durante o período que falta para aposentar-se, salvo dispensa motivada.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de falência da empresa esta cláusula fica sem efeito.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ABONO APOSENTADORIA

As empresas pagarão aos seus empregados, no ato da Rescisão de Contrato de Trabalho, 02 (dois) salários contratuais, em caso de aposentadoria por invalidez, desde que conte mais de 1 (um) ano na empresa contratante.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - OUTROS BENEFÍCIOS

As empresas que fornecerem espontaneamente assistência odontológica, social, psicológica, jurídica ou outra qualquer, vale-transporte integral, cesta básica ou outros benefícios aos seus empregados, decorrentes da CCT ou Acordo Coletivo, fará a título de liberalidade, sem a caracterização de salário-utilidade, não integrando os valores correspondentes nos salários, para quaisquer efeitos legais, sejam trabalhistas ou previdenciários.

Empréstimos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

As empresas da categoria, quando solicitado pelo empregado, deverão firmar convênio com instituição consignatária para concessão de empréstimos consignados com descontos em folha de pagamento, conforme prevê a Lei nº. 10.820/2003 alterada pela Lei 13.172/2015 e Lei nº 10.953/04.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

É vedada a celebração de contrato de experiência com ex-empregado que foi recontratado para exercer a mesma função, desde que entre o contrato de trabalho anterior e o novo não tenha decorrido prazo superior a 06 (seis) meses.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GARANTIA NA RESCISÃO CONTRATUAL

A liquidação de direitos, resultantes das rescisões dos contratos de trabalho, deverá ser efetivada no prazo definido no artigo 477 da CLT, ou seja, a entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação do encerramento contratual aos órgãos competentes bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até 10 (dez) dias contados a partir do término do contrato, ou seja, não da extinção do contrato de trabalho, mas sim a partir do término da prestação de serviços.

PARÁGRAFO ÚNICO: A inobservância do disposto no *caput* sujeitará à multa descrita no §8º do artigo 477 da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ASSISTENCIA RESCISÓRIA

Para os empregados com mais de 10 (dez) meses de serviço na empresa que fizer o pedido de demissão e quitação da rescisão de contrato de trabalho, só terá validade quando feito exclusivamente com a assistência do Sindicato Laboral conveniente, ficando quitadas as parcelas ali discriminadas, de acordo com o Enunciado nº 330 do TST.

§1º: Na hipótese de discordância do empregado com os títulos e/ou valores das verbas rescisórias a serem pagas em decorrência do seu próprio pedido de demissão, o Sindicato Laboral, na oportunidade, registrará sua oposição e fará a assistência no verso do pedido de demissão do empregado;

§2º: A entidade patronal poderá indicar preposto para acompanhar as assistências das rescisões a que se refere esta Cláusula, com objetivo de orientar o representante do empregador.

Aviso Prévio

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CARTA DE AVISO PRÉVIO

O aviso prévio será comunicado, por escrito e contra recibo, devendo ser mencionado na respectiva comunicação se o aviso prévio será trabalhado ou indenizado pela empresa. Caso não esteja presente essa informação o empregado será indenizado pela empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - NÃO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO

O empregado não cumprirá o aviso prévio trabalhado se comprovar ter conseguido outro emprego, oportunidade em que o empregador não pagará o aviso prévio trabalhado, na forma da tese da Súmula 276 do C. TST. Se o aviso prévio for trabalhado e o empregado comprovar a obtenção de novo emprego, o empregador pagará o aviso prévio trabalhado proporcional aos dias trabalhados.

Mão-de-Obra Temporária/Terceirização

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

Para a execução dos serviços de sua atividade fim, produtiva fabril ou atividade principal, as empresas representadas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho e ainda, para serviços rotineiros de manutenção mecânica ou elétrica, somente poderão contratar seus empregados sob o regime celetista.

PARÁGRAFO ÚNICO: Somente poderão ser contratos terceirizados ou mão de obra

temporária nos casos expressos na Lei nº 6.019/74, alterada pela Lei nº 13.429/2017 e 13.467/2017.

Estágio/Aprendizagem

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - APRENDIZES - SENAI

Será assegurado aos menores aprendizes do SENAI, durante o período de treinamento prático na empresa, um salário correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do Piso Salarial da categoria. Os menores aprendizes em empresa com 30 (trinta) ou mais empregados em 01/05/2009 receberão 100% (cem por cento) do Piso Salarial citado nos últimos 06 (seis) meses de treinamento prático na empresa. Valor que será pago pelas horas efetivamente estagiadas, considerando-se para isto o salário-hora com base em 220 horas.

§1º: Uma vez pactuado o contrato de aprendizagem as empresas não poderão impedir o seu completo cumprimento de aprendizagem, inclusive no que se refere ao treinamento prático na empresa, a não ser por motivos disciplinares, escolares, ou por mútuo acordo entre as partes, e neste caso, com a assistência da respectiva entidade sindical representativa da categoria profissional;

§2º: Após a conclusão do período de aprendizagem é possível que o aprendiz seja efetivado na empresa. Deverá ser, preferencialmente, efetivado na função para a qual recebeu treinamento, percebendo o salário inicial dessa função. Existindo essa vaga os aprendizes passam a ter preferência a elas. Porém, inexistindo vaga na função para a qual recebeu treinamento poderá ser efetivado em função compatível;

§3º: As condições e os prazo de inscrição para seleção de candidatos a aprendizes do SENAI deverão ser divulgados, com antecedência, nos quadros de avisos das empresas;

§4º: As entidades de classe empenharão esforços no sentido de que no SENAI sejam ofertadas oportunidade de aprendizado e formação, inclusive para o sexo feminino. Reiterarão ao Conselho Regional do SENAI a reivindicação apresentada pela Categoria Profissional, a fim de que o SENAI proporcione instalações adequadas para os aprendizes do sexo feminino.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - PROGRAMA DE INCENTIVO AO PRIMEIRO EMPREGO

Objetivando incentivar o primeiro emprego no setor abrangido pelas entidades representadas na presente Convenção de Contrato de Trabalho e propiciar treinamento prático-profissional, qualificação e ensinamentos a serem ministrados pelas empresas, estas poderão contratar empregados que estiverem ingressando no mercado de trabalho, pela primeira vez, após detalhada análise de sua CTPS, pagando um salário equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do menor piso salarial da categoria, considerando o que consta a Cláusula 3ª da presente CCT.

§1º: O período de validade para esse modelo de contratação será de no máximo, seis meses. Após esse período o empregado contratado nessa condição passará a receber o salário integral correspondente ao da função exercida;

§2º: A empresa somente poderá oferecer essa possibilidade no máximo a 20% (vinte por cento) de seu efetivo de cada vez.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - ESTUDANTE

No caso de empregado estudante, matriculados em estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, nos dias destinados às provas, quando estas, comprovadamente coincidirem com a primeira aula, terão o direito de se ausentarem do trabalho 02 (duas) horas antes do término normal do expediente. Isto ocorrerá sem prejuízo da remuneração, desde que pré-avisado o empregador, com antecedência de no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas e mediante a comprovação da realização da prova.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - VESTIBULANDO

Para o empregado que irá prestar prova de vestibular, quando estas, comprovadamente, coincidirem com o horário de trabalho, tem o direito de se ausentarem do trabalho, sem prejuízo de remuneração, desde que informem ao empregador, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias antes, mediante comprovação, seja pela ficha de inscrição ou outro documento hábil a comprovar.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - TESTE ADMISSIONAL

A realização de testes práticos operacionais não poderão ultrapassar a 2 (dois) dias.

PARAGRAFO ÚNICO: As empresas fornecerão gratuitamente alimentação aos candidatos em testes, desde que coincidentes com os horários de refeições.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - RETENÇÃO DA CTPS - INDENIZAÇÃO

Será devida ao empregado uma indenização correspondente a 1 (um) dia de salário, por dia de atraso, pela retenção de sua CTPS após o prazo de 48 (quarenta e oito) horas da entrega da CTPS pelo empregado devidamente comprovada, limitado o valor da multa a 2 (dois) piso da categoria, salvo caso fortuito ou força maior, hipótese em que haverá o pagamento de 1 (um) piso da categoria.

PARAGRAFO ÚNICO: Ambas as multas serão revertidas em favor do empregado. Contudo, havendo o pagamento da multa em comento no *caput* desta cláusula o empregado renuncia o direito de eventual indenização por danos morais/materiais pela perda ou retenção da CTPS.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DECLARAÇÃO DE IRFF E AAS

Qualquer que seja o motivo do término da relação de emprego, a empresa fornecerá ao empregado, por ocasião da liquidação da rescisão contratual:

- a)** Declaração de Rendimentos e Descontos para fins de Imposto de Renda; e, se for o caso;
- b)** Atestado de Afastamento e Salários (AAS), para fins de benefício junto ao INSS.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CURSO E TREINAMENTO

As empresas que fornecerem qualificação profissional a seu empregado, sem custos financeiros para o mesmo, terá a garantia da prestação de serviços pelo período mínimo de 09 (nove) meses após o término da qualificação, desde que haja Acordo Coletivo de Trabalho, devendo ser observado ainda as seguintes regras:

§1º: A qualificação profissional a ser ofertada ao empregado poderá ocorrer dentro ou fora dos limites territoriais do Sindicato Conveniente;

§2º: Os custos financeiros da qualificação profissional serão arcados integralmente pelo Empregador, sendo que o empregado beneficiado deverá cumprir a carência prevista no *caput* da presente Cláusula;

§3º: A carência prevista no *caput* da presente Cláusula será reduzida mensalmente na proporção de um salário contratual até o limite do curso de qualificação ofertado ao trabalhador;

§4º: O Empregado que vier a requerer a rescisão do contrato de trabalho, deverá indenizar o Empregador que custeou a qualificação na proporção de um salário contratual mensal pelo período faltante do mínimo previsto no *caput* da presente Cláusula, sempre respeitando o valor do curso de qualificação relativo ao Empregado;

§5º: O Empregado ficará isento do cumprimento do período mínimo previsto no *caput* da presente Cláusula quando a rescisão do contrato de trabalho partir de iniciativa do Empregador.

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - IGUALDADE SALARIAL NAS SUBSTITUIÇÕES

Sendo o empregado designado, formalmente, para substituir um outro titular de salário superior, fica assegurado ao empregado designado, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da diferença salarial, a exceção das vantagens pessoais, qualquer que venha a ser o motivo ou o tempo da substituição.

Normas Disciplinares

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - RETORNO DE SERVIÇO NO PRAZO DE GARANTIA

No caso da empresa precisar refazer o serviço anteriormente executado, motivado por defeitos na sua execução original caberá ao empregado que o executou a obrigação de refazê-lo até o limite do anteriormente executado, sem receber a remuneração, desde que, o empregado tenha culpa na execução.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na eventual impossibilidade do executor do serviço de que trata o *caput* desta Cláusula poder refazê-lo e sendo designado outro empregado para tal, a remuneração devida ao segundo executor será descontada do primeiro executor.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - REVISTA

As empresas que adotarem o sistema de revista nos empregados, o farão em local adequado e por pessoa do mesmo sexo, evitando-se eventuais constrangimentos.

Transferência setor/empresa

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - VIAGENS

Em decorrência da necessidade de realização de serviços em outras localidades fora do Distrito Federal, as empresas que tiverem que deslocar seus empregados ficarão obrigadas a cobrir as despesas de viagem e estada, necessárias ao devido cumprimento dos serviços a serem realizados.

Estabilidade Geral

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE ESPECIAL

Será garantida a estabilidade no emprego ao empregado, quando retornar do gozo de férias, até 30 (trinta) dias, excluindo-se o aviso prévio.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - AMAMENTAÇÃO

É garantido as mulheres, no período de amamentação, o recebimento do salário, sem prestação de serviços, quando o empregador não cumprir as determinações dos parágrafos 1º e 2º do artigo 389 da CLT.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - APROVEITAMENTO DE DEFICIENTES FÍSICOS

As empresas, na medida de suas possibilidades, adequando-se à legislação vigente, promoverão a admissão de deficientes físicos em suas funções compatíveis.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO

Fica assegurado aos empregados uma jornada de trabalho nunca superior a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, trabalhadas de segunda a sábado.

§1º: A remuneração do descanso semanal será de 1/6 (um sexto) da jornada de trabalho, acrescido de 04 (quatro) horas;

§2º: O divisor para cálculo de eventuais horas extras será de “220” seja na jornada legal permitida, seja na jornada no regime de compensação, ou seja, 12 horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - INTERRUPÇÕES DO TRABALHO

Caso haja interrupção do trabalho, por responsabilidade da empresa, essas horas não poderão ser descontadas ou compensadas posteriormente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em decorrência de caso fortuito ou força maior, a recuperação do tempo perdido poderá ocorrer por intermédio da compensação, mediante comunicação prévia a entidade sindical representativa da categoria profissional, indicando os motivos e a forma de compensação, podendo esta entidade, no prazo de 72 (setenta e duas) horas opor-se a fim de promover o entendimento.

Controle da Jornada

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - MARCAÇÃO DO CARTÃO DE PONTO NOS HORÁRIOS DE REFEIÇÃO

Respeitada a legislação em vigor, as empresas poderão dispensar os empregados da marcação do cartão de pontos nos horários de início e término de refeição. Para tal fim, deverão ser observadas os termos da legislação em vigor especialmente no que diz respeito à pré-anotação no cartão de ponto do horário destinado a refeição/descanso, como determina o artigo 74, §2º da CLT.

Faltas

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIAS DO EMPREGADO AFASTADO TEMPORARIAMENTE

Na hipótese de empregado afastado do serviço por doença, submetido ao benefício previdenciário respectivo, por no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, fica assegurado e garantido o direito ao retorno ao emprego com o respectivo salário, a partir da comunicação da sua alta ou cessação do benefício, até 60 (sessenta) dias após.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CARTA DE DISPENSA

O empregado dispensado sob alegação de falta grave deverá ser avisado do fato, por escrito, sendo-lhe facultado solicitar à empresa para que essa decline o motivo da dispensa como dispõe o artigo 482 da CLT.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - AUTOMAÇÃO

Aos empregados que tiverem suas funções extintas ou modificadas por alterações tecnológicas dos meios ou processos de produção e que permaneçam no quadro de lotação, recomenda-se o treinamento adequado para aprendizagem a eventual ocupação de novas funções.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - HORÁRIO DE CARNAVAL

No período de carnaval as empresas se obrigam a cumprir os seguintes horários: 2ª feira: fechado; 3ª feira: fechado; 4ª feira: pela manhã fechado e após às 12 horas será obrigatório o cumprimento da jornada de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: O dia 30 de novembro de 2018 será trabalhado normalmente em razão da compensação da 2ª feira disposto no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - ACORDO COLETIVO - ACORDO INDIVIDUAL

As empresas poderão instituir Acordos Coletivos de Trabalho ou Individual para flexibilização ou alteração da jornada de trabalho como determina o artigo 59 da CLT.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - AVISO DE FÉRIAS

Os empregados serão comunicados da data do início do período de gozo de férias, com 30 (trinta) dias de antecedência, pelo seu empregador, levando em consideração que:

- a)** É vedado o início das férias no período de 2 (dois) dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado, na forma do § 3º do artigo 134 da CLT;
- b)** O pagamento das férias com o terço constitucional será efetuado até 2 (dois) dias úteis antes do respectivo início, nos termos do artigo 145 da CLT.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - FÉRIAS PROPORCIONAIS - PEDIDO DE DEMISSÃO

Na hipótese do empregado pedir o desligamento da empresa antes de completar 12 (doze) meses de trabalho será pago a ele as férias proporcionais ao tempo de serviço.

Licença Maternidade

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - GARANTIA A GESTANTE

É assegurado a empregada gestante a garantia de emprego e salário, desde a comprovação do seu estado gravídico até 5º (quinto) mês após o parto, nos termos do inciso II, alínea "b" do artigo 10 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e desde que comprovado por exame de laboratório da rede pública ou particular e comunicado previamente ao empregador.

Licença Adoção

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - LICENÇA PARA EMPREGADA ADONTANTE

As empresas concederão licença remunerada de 30 (trinta) dias para as empregadas que adotarem judicialmente crianças na faixa etária de 0 (zero) a 6 (seis) meses de idade.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - LICENÇA PARA CASAMENTO

No caso de o empregado(a) afastar-se para casamento, terá licença remunerada de 05 (cinco) dias úteis e consecutivos.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - LICENÇA PARTENIDADE

No caso de nascimento de filho(a), o empregado terá licença de 05 (cinco) dias úteis e consecutivos. O disposto nesta cláusula estende-se à hipótese de adoção.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

As empresas fornecerão aos seus empregados uniformes, calçados e E.P.I., quando exigidos pelo serviço ou normas legais, ficando os empregados obrigados ao uso correto durante o serviço.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - ATESTADO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

Na hipótese de empresas que possuam serviço médico ou convênios específicos, os atestados médicos e odontológicos deverão ser apresentados para serem ratificados.

PARÁGRAFO ÚNICO: No atestado médico de comparecimento deverão constar horário e período em que o empregado se fez presente para atendimento médico, a fim de viabilizar o abono tão somente do período descrito, sob pena de não concessão de abono.

Acompanhamento de Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - ACIDENTE DE TRABALHO

A comunicação da ocorrência de acidentes fatais, deve ser comunicado pela empresa ao Sindicato Laboral imediatamente, encaminhado cópia do CAT respectivo, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a ocorrência.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - PLANTÃO AMBULATORIAL

As empresas com 50 (cinquenta) ou mais empregados trabalhando no período noturno, manterão plantão ambulatorial também nesse período.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas com que detenha empregados trabalhando no período noturno, deverá ter um veículo para atendimento de eventuais emergências.

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - ACESSO PARA SINDICALIZAÇÃO

Os empregadores permitirão o acesso de pessoas credenciadas pelo Sindicato Laboral, em seus escritórios, para procederem a sindicalização dos trabalhadores interessados, devendo o Sindicato Laboral comunicar a visita de seus prepostos ao empregador, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, devendo constar nessa comunicação o nome dos prepostos do Sindicato Laboral, cujo número máximo será de 2 (dois) prepostos do sindicato laboral.

PARÁGRAFO ÚNICO: O acesso às dependências será permitido desde que acompanhado de representante da empresa.

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - O SINDICATO NA EMPRESA

As empresas permitirão que o Sindicato da Categoria Profissional utilize seus quadros de avisos ou editais para a comunicação oficial do Sindicato, exclusivamente nos assuntos de interesse da Categoria Profissional.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - BANCO DE HORAS E ACORDO COLETIVO

As empresas poderão formalizar Acordos Coletivos de Trabalho para jornada de trabalho diferenciada com a participação efetiva da Entidade Sindical Laboral, ou acordo individual sem a participação da Entidade Sindical, como faculta o artigo 59, §5º da CLT, com redação alterado pela "Reforma Trabalhista".

Representante Sindical

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA - CONSTITUIÇÃO DE DELEGADO SINDICAL

As empresas com 30 (trinta) ou mais empregados poderão eleger Delegados Sindicais que,

obrigatoriamente, deverão contar com, no mínimo, 02 (dois) anos de atividade na respectiva empresa.

§1º: Não poderá ser eleito mais de um Delegado Sindical na mesma empresa;

§2º: Para que a empresa tome conhecimento deste fato o Sindicato Profissional Conveniente deverá dar ciência à mesma, dentro das 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem aos atos de eleição ou de destituição do Delegado Sindical;

§3º: Os empregados quando eleitos para exercerem o cargo de Delegado Sindical terão estabilidade no emprego, a partir da data da sua eleição e até 01 (um) ano após a sua destituição.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEGUNDA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Os Dirigentes Sindicais da Entidade Profissional serão liberados para comparecimento às Assembleias, Congresso ou Reunião da Diretoria sem prejuízo de seus salários, sendo consideradas faltas justificadas, da seguinte forma:

a) Meio expediente em um dia por no máximo uma vez por mês, conforme comunicação do Sindicato Profissional para as reuniões da Diretoria;

b) 10 (dez) dias por ano, conforme, também, comunicação do Sindicato, para os demais casos.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO DE CAMPANHA SALARIAL

Acatando decisão da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA da Categoria Profissional, realizada no dia 05 de fevereiro de 2018, tal como consta do Edital de Convocação publicado no "DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL", página 42, do dia 25 de janeiro de 2018, as empresas de que trata o anexo II desta Convenção Coletiva de Trabalho, descontarão de seus empregados 3% (três por cento) de seu salário (incluindo a parte variável da remuneração) correspondente ao mês de maio de 2018, e, de igual forma, 3% (três por cento) correspondente ao mês de novembro de 2018, importâncias estas que serão canalizadas para o Sindicato Laboral, que utilizará tais recursos no exercício de suas atividades promocionais.

§1º: Considerando a **aplicação do reajuste salarial nos 12 meses mais o 13º salário** (que compreendem a data-base), conquistado pelo SITIMME/DF/GO/TO na Campanha Salarial 2018/2019, conforme aprovado na Decisão Soberana da Assembleia da Categoria acima referida, será repassado ao sindicato o mesmo percentual de reajuste conquistado para a categoria, nos meses de junho e dezembro de 2018, ou seja, das treze parcelas em que se incide o reajuste conquistado no período da data-base, duas parcelas serão canalizadas ao

sindicato para manutenção das atividades de defesa e representatividade do trabalhador;

§2º: As importâncias de que trata a presente Cláusula, serão recolhidas na Caixa Econômica Federal agência 0002, operação 003, conta nº 777-9, ou na rede bancária, conforme especificação no boleto em favor da Entidade Laboral ou na tesouraria do Sindicato Interestadual dos Trabalhadores Metalúrgicos do Distrito Federal e dos Estados de Goiás e Tocantins, localizado no SIA Sul – Quadra 4C – Bloco C – Lotes 20 – Entrada 79 – 1º Andar – CEP: 71200-048 – Guará, DF, até o dia 10 de junho e 10 de dezembro de 2018, sob pena de multa constante na Cláusula 93ª letra “c”, ficando, inclusive a empresa obrigada a encaminhar ao Sindicato Laboral cópias dos comprovantes de pagamento das guias de recolhimento, guias que serão fornecidas pelo Sindicato Laboral. A quitação do repasse do desconto efetuado nos vencimentos dos empregados só será válida quando, junto com a comprovação do pagamento, o contador da empresa fornecer, sob a pena da Lei, declaração do número de empregados e do valor da folha de pagamento correspondente aos meses de maio e novembro de 2018, inclusive cópia das RAIS quando solicitadas pelo Sindicato laboral;

§3º: As Convenções Coletivas de Trabalho e as guias de recolhimento das parcelas descritas nesta cláusula, com vencimento em 10 de junho e 10 de dezembro de 2018 estarão à disposição das empresas por meio do Home Page: www.sindmetalurgico.org.br;

§4º: O desconto previsto no **caput** desta cláusula não se aplica aos empregados associados à entidade sindical laboral, com mais de quatro meses de associação e que estiverem em dias com suas obrigações;

§5º: Aos empregados não associados é assegurado o direito à oposição quando feito individualmente de próprio punho, e entregue pelo trabalhador interessado, diretamente na secretaria do sindicato, a partir da data de assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho, sendo que o prazo termina 10 (dez) dias, contando da data do desconto disposto no caput desta cláusula, mediante cópia do comprovante de pagamento/depósito no qual conste o referido desconto.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

Conforme deliberação tomada na Assembleia do **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS MECÂNICAS REPARADORAS DE AUTOMÓVEIS, CAMINHÕES, TRATORES, MOTOS E AUTOPEÇAS DO DISTRITO FEDERAL – SINDIRVE/DF**, realizada no dia 16 de abril de 2018 às 19h em primeira convocação e às 19h30m em segunda convocação, no SOPI Conjunto D, Lote 09 Loja 01, Núcleo Bandeirante, Distrito Federal, conforme Edital publicado no DO/DF nº 64, Página 52, de 04 de abril de 2018, as empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, associadas ou não à Entidade Patronal Conveniente, recolherão em favor do **SINDIRVE/DF**, uma Contribuição denominada CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL/2018, conforme tabela:

1) De 00 a 03 empregados –R\$ 244,00 (duzentos e quarenta e quatro reais);

2) De 04 a 07 empregados – R\$ 489,00 (quatrocentos e oitenta e nove reais);

- 3) De 08 a 10 empregados – R\$ 553,00 (quinhentos e cinquenta e três reais);**
- 4) De 11a 15 empregados – R\$ 646,00 (seiscentos e quarenta e seis reais);**
- 5) De 16 a 20 empregados – R\$ 738,00 (setecentos e trinta e oito reais);**
- 6) Acima de 20 empregados – R\$ 922,00 (novecentos e vinte e dois reais).**

§1º: As contribuições de que trata a presente Cláusula serão recolhidas em duas parcelas sendo: 50% do valor, até o dia 12 de junho de 2018 e os 50% restantes, até 20 de novembro de 2018, na conta nº 031384-1, da Entidade Sindical Patronal, no Banco de Brasília - BRB, agência 0105, desta cidade de Brasília-DF, ou na rede bancária, conforme especificação no boleto em favor da Entidade Patronal, ou na empresa através da visita do preposto do Sindical Patronal (a) via recibo numerado ou diretamente na Tesouraria do **SINDIRVE/DF**, localizada no SOPI, Conjunto D, Lote 09, Loja 01 – Núcleo Bandeirante, Brasília-DF;

§2º: fica aprovada uma taxa mensal para manter o sindicato patronal, com mensalidade por empresa sindicalizada associada ao SINDIRVE/DF da seguinte forma:

- a) de 0 até 10 empregados R\$ 50,00 (cinquenta reais);**
- b) de 11 a 20 empregados R\$100,00 (cem reais);**
- c) 21 ou mais empregados R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).**

Inciso I - Fica ajustado que o valor mencionado é por empresa e não por CNPJ, ou seja, se uma empresa tiver diversos CNPJ's pagará apenas uma vez.

Inciso II - Tais valores, se inadimplidos, constituirão liquidez, certeza e exigibilidade para fins de execução judicial e/ou extrajudicial.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA QUINTA - CÓPIA DO DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

As Empresas ou Profissionais Autônomos, representados pela Entidade Patronal conveniente, ou outros que utilizarem esta CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, ficam obrigados a encaminhar ao **SINDIRVE/DF**, cópias devidamente quitadas das Guias Recolhimento da Contribuição Sindical "Contribuição Sindical", tratado na CLT Arts. 578, 579, 580, 581 584 e 587. Bem como cópias quitadas das Guias de Recolhimento da Contribuição Confederativa Patronal.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Conforme deliberação tomada na Assembleia do **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS**

MECÂNICAS REPARADORAS DE AUTOMÓVEIS, CAMINHÕES, TRATORES, MOTOS E AUTOPEÇAS DO DISTRITO FEDERAL – SINDIRVE/DF, realizada no dia 16 de abril de 2018 às 19h em primeira convocação e às 19h30m em segunda convocação, no SOPI Conjunto D Lote 09 Loja 01, Núcleo Bandeirante, Distrito Federal, conforme Edital publicado no DO/DF nº 64, Página 52, de 04 de abril de 2018, as empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, associadas ou não à Entidade Patronal Conveniente, recolherão em favor do **SINDIRVE/DF**, a Contribuição Sindical Patronal anual com vencimento em 31/01/2019, conforme Tabela da CNI, baseado no capital social da empresa.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SÉTIMA - MENSALIDADE SINDICAL

As empresas descontarão a título de mensalidade de seus empregados sindicalizados 2% (dois por cento) do salário base e repassarão até o dia 10 do mês subsequente a Entidade Profissional. Contudo, o Sindicato Laboral enviará lista atualizada com o nome dos empregados sindicalizados, bem como a prova da filiação do empregado ao sindicato laboral para que o desconto se concretize.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL LABORAL 2018

Acatando decisão da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA da Categoria Profissional, realizada no dia 06 de fevereiro de 2018, tal como consta do Edital de Convocação publicado no “DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL”, página 42, do dia 25 de janeiro de 2018, as empresas de que trata o anexo II desta Convenção Coletiva de Trabalho, descontarão, no mês de junho, dos empregados 1 (um) dia de trabalho acrescido de 1/360 referente ao 13º (décimo terceiro salário) e recolherão por meio de Guia ou Boleto específico até o dia 10 de julho e, no caso de descumprimento aplicar-se-á o artigo 600 da CLT.

§1º: Com o objetivo de evitar passivo ao seguimento econômico, a entidade sindical, nas respectivas assembleias de Convenções Coletivas de Trabalho, já obteve, através de manifestação de vontade coletiva, a prévia e expressa autorização para o desconto e repasse da **Contribuição Sindical** em conformidade com o edital acima referido e, que a ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), em sua 2ª Jornada Trabalhista, editou o Enunciado 38, assegurando que é lícita a autorização coletiva prévia para desconto das contribuições sindicais, inclusive amparado na NOTA TÉCNICA nº 1º, de 27 de abril de 2018 do MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, COORDENADORIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA LIBERDADE SINDICAL- CONALIS, qual reconhece que as contribuições para custeio das atividades sindicais aprovadas em assembleias com empregados da categoria são legítimas e devem ser devidamente repassadas ao Sindicato Laboral conveniente.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA NONA - JUIZO COMPETENTE

Será competente a Justiça do Trabalho, para dirimir quaisquer divergências na aplicação da presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, a teor do artigo 625 da CLT.

§1º: Na forma do §5º do artigo 611-A da CLT, os sindicatos subscritores de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho participarão, como litisconsortes necessários, em ação coletiva que tenha como objeto a anulação de cláusulas desses instrumentos, vedada a apreciação por ação individual.

CLÁUSULA NONAGÉSIMA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Fica acordada a manutenção da Comissão de Conciliação Prévia, que obedecerá ao disposto no seu estatuto vigente até a presente data.

Inciso I - A manutenção da Comissão de Conciliação Prévia, no tocante ao custo das homologações de acordo e mensalidades, continuam vigentes conforme é o seu Estatuto e Regimento Interno.

CLÁUSULA NONAGÉSIMA PRIMEIRA - PLANO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA TRABALHISTA

Conforme deliberação tomada na Assembleia do **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS MECÂNICAS REPARADORAS DE AUTOMÓVEIS, CAMINHÕES, TRATORES, MOTOS E AUTOPEÇAS DO DISTRITO FEDERAL – SINDIRVE/DF**, realizada no dia 16 de abril de 2018 às 19h em primeira convocação e às 19h30m em segunda convocação, no SOPI Conjunto D Lote 09 Loja 01, Núcleo Bandeirante, Distrito Federal, conforme Edital publicado no DO/DF nº 64, Página 52, de 04 de abril de 2018, as empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, associadas ou não à Entidade Patronal Conveniente, recolherão em favor do **SINDIRVE/DF** Contribuição mensal para fins prestação de Assistência Jurídica Trabalhista, com consultoria, assessoria e representação judicial às empresas no tocante às Reclamações Trabalhistas que tramitarem no Distrito Federal em Primeira e Segunda Instância, com a seguinte base:

a) de 1 até 3 empregados R\$ 20,00 (vinte reais), por empregado;

- b) de 4 a 6 empregados R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);**
- c) de 7 a 10 empregados R\$ 100,00 (cem reais);**
- d) de 11 a 15 empregados R\$150,00 (cento e cinquenta reais);**
- e) de 16 a 20 empregados R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais);**
- f) de 21 a 25 empregados R\$ 200,00 (duzentos reais);**
- g) de 26 a 30 empregados R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);**
- h) de 31 a 35 empregados R\$ 300,00 (trezentos reais);**
- i) de 36 a 40 empregados R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);**
- j) de 41 a 45 empregados R\$ 400,00 (quatrocentos reais);**
- k) de 46 a 50 empregados R\$ 450,00 (quatrocentos cinquenta reais);**
- l) de 51 a 55 R\$ 500,00 (quinhentos reais);**
- m) e acima de 55 empregados, ou seja, de 56 em diante, será o valor equivalente a R\$ 12,00 (doze reais) por empregado;**

§1º - O vencimento das Contribuições do Plano de Assistência Jurídica Trabalhista tratada no *caput* e alíneas desta Cláusula Nonagésima será até o dia 15 (quinze) de cada mês ou o primeiro dia útil subsequente;

Inciso I – Tais valores, se inadimplidos, constituirão liquidez, certeza e exigibilidade para fins de cobrança judicial e/ou extrajudicial, dispensada a notificação da empresa inadimplente;

§2º – Somente as empresas que estiverem em dia com suas obrigações financeiras e estatutárias no SINDIRVE/DF e, especialmente, com o pagamento da Contribuição de Assistência Jurídica Trabalhista, poderão receber e ter acesso às respectivas prestações de serviços de assistência jurídica tratada no *caput* desta Cláusula Nonagésima, cuja carência é de 01 (um) ano;

§3º – As empresas que estiverem em dia com suas obrigações financeiras, estatutárias e com o pagamento da Contribuição do Plano de Assistência Jurídica Trabalhista, terão também a seu favor a prestação de serviços jurídicos de consultas nas outras searas do direito e, também nestas outras áreas jurídicas, caso necessitem de assessoria e trabalhos de elaboração e acompanhamento extrajudicial e judicial, com valores de honorários advocatícios diferenciados cobrados pelo valor mínimo autorizado pela Tabela de Honorários da OAB/DF.

§4º – As empresas associadas ao SINDIRVE/DF terão desconto de 20% (vinte por cento) para os pagamentos com pontualidade até o dia o vencimento;

§5º – As empresas que desejarem não receber e/ou ter acesso às respectivas prestações de serviços de Assistência Jurídica tratada nesta clausula, terão um prazo de 30 (trinta) dias após o registro da CCT no Ministério do Trabalho e Emprego para se manifestarem por escrito à

entidade Patronal com protocolo de sua manifestação, findo esse prazo torna-se líquida certa e exigível a obrigação conforme alíneas de “a” a “m”, do *caput* dessa cláusula de acordo com sua faixa de contribuição.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA NONAGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICIDADE

As partes convenientes obrigam-se a promover ampla publicidade desta CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, principalmente através de fixação de cópias nos locais de trabalho e de fácil leitura por parte dos beneficiários.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA NONAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA

Fica estipulada uma multa correspondente a um Piso Salarial pelo descumprimento de qualquer uma das cláusulas aqui celebradas, na forma seguinte:

- a)** Em favor do SINDICATO PATRONAL, por conta da empresa, notadamente quando da infração das Cláusulas 28ª, 84ª, 86ª e 91ª;
- b)** Em favor do empregado, por conta da empresa, quando aquele for diretamente atingido;
- c)** Em favor do SINDICATO LABORAL, a cada mês de atraso, além do valor principal da obrigação, por conta da empresa, quando esse for prejudicado, pelo descumprimento das cláusulas 11ª, 83ª, 87ª e 88ª;

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor do Piso Salarial a ser pago pela empresa será o que determina a Cláusula 3ª desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Outras Disposições

CLÁUSULA NONAGÉSIMA QUARTA - FORMALIDADES

Todas as exigências do art. 613 da CLT foram regularmente cumpridas, de sorte a que as partes reconheçam este Termo dando-o por firme e valioso e comprometendo-se ao seu integral cumprimento. Brasília - DF, 09 de maio de 2018.

CARLOS ALBERTO ALTINO
Presidente
SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRAB NAS IND MET MEC MAT ELETRICOS E
ELETRONICOS DO DF GO TO

EUDALDO NUNES DE ALENCAR
Presidente
SINDICATO DAS INDUSTRIAS MECANICAS E REPARADORAS DE AUTOMOVEIS
CAMINHOES TRATORES MOTOS E AUTOPECAS DO DF

ANEXOS
ANEXO I - OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE A VIGÊNCIA

No curso de vigência desta CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO se ocorrer mudança no Padrão Monetário relacionado com a moeda do país ou qualquer outro fato de natureza semelhante, as cláusulas econômicas aqui tratadas serão revistas entre as partes, devendo ser feito Termo Aditivo produzido na reunião que trata a cláusula 25ª desta Convenção Coletiva de Trabalho que, quando necessária à dita reunião poderá ser realizada fora dos meses ali tratados.

ANEXO II - OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE A ABRANGÊNCIA

Esta avença contratual abrange todos os empregados e empregadores na área de Reparação de Veículos e Acessórios na base territorial das entidades convenentes.

PARAGRAFO ÚNICO: Estão igualmente obrigadas ao cumprimento deste instrumento às empresas com sede em outros Estados que sejam serviços públicos ou privados, ou que venham atuar no mercado da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios desta unidade.